

ARTIGOS

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA É RACISTA

KAREN SANTOS

Vereadora de Porto Alegre (PSOL)
karensantos@camarapoa.rs.gov.br



Se as desigualdades entre homens e mulheres são levadas em conta quando se debate o Sistema Previdenciário, por que desconsideramos as desigualdades étnico-raciais?

A Reforma da Previdência tem dominado o debate político em nosso país. Criou-se expectativa de que a única saída para a crise é aprovar modificações nas regras para aposentadoria. Medidas que diminuem os valores dos benefícios e restringem o acesso para boa parte da população.

Tanto no atual modelo previdenciário quanto na proposta aprovada na Comissão Especial da Câmara, compreende-se que homens e mulheres devem ter regras distintas. Resultado da reflexão feminista sobre a superexploração das mulheres, que estabeleceu que isso deve ser pensado com uma aposentadoria mais precoce e com menos tempo

de contribuição.

Só que essa não deveria ser a única desigualdade levada em conta na hora de redesenhar a Previdência. Apesar do mito da democracia racial, que dá a impressão de que negros e brancos são iguais, as diferenças nas condições de vida, bens materiais,

Nós, negras e negros, somos os trabalhadores mais precarizados

renda e acesso a serviços e direitos básicos são absurdas e obscenas.

Nós, negras e negros, somos os trabalhadores mais precarizados, maior parte da força de trabalho informal e subutilizada, os que desenvolvem mais atividades braçais e os que têm menos acesso à educação, saúde

e emprego. Somos as maiores vítimas da violência urbana, contra a mulher e do Estado. Nem a expectativa de vida é igual para negros e brancos.

Estudos como o último Atlas da Violência, divulgado pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, comprovam que a “democracia racial” não existe e que nosso país ainda não superou a herança de 400 anos de escravidão. Realidade que é fruto do racismo entranhado na sociedade e nas instituições.

Ignorar esse fato ao realizar mudança em uma política pública tão importante quanto a Previdência significa passar, mais uma vez, a conta para o povo negro pagar. E aprofunda o fosso de desigualdades que separam esses dois tons de pele. Mais um sinal de que ainda temos muito para avançar na questão racial no Brasil.

TRABALHO INVISÍVEL

TIAGO MALLMANN SULZBACH

Vice-presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região
executiva@amatra4.org.br



A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região organizou um projeto interessante. Quinze magistrados viveriam, por um dia, a realidade do trabalho invisível. Ou seja, viveram a realidade daquelas pessoas cujo trabalho é fundamental para todos nós mas que não recebem a devida valorização. Assim, fomos porteiros, cobradores de ônibus, empacotadores de supermercado, auxiliares de serviços gerais e reposidores de hortifrutigranjeiros. Está no prelo um livro relatando essas experiências. E um documentário, possivelmente, também existirá.

Eu trabalhei como porteiro. Começo pela minha conclusão. Não interessa se você é jornalista, empresário ou juiz: quando você coloca o uniforme de porteiro, as pessoas não lhe dão bom-dia voluntariamente. Ainda que seu trabalho seja fundamental para orientar sobre os encaminhamentos dentro da empresa (qual setor procurar, qual pessoa faz o aten-

dimento de que o cliente precisa), enfim, ainda que você seja o rosto da empresa, nenhum bom-dia.

Para encarar isso, a estratégia é simples: você (o porteiro) dá o bom-dia primeiro. Desta forma, as pessoas se constroem e lhe concedem o direito de receber delas o mínimo que a educação recomenda. Algumas, nem isso.

Foi muito impactante observar o orgulho de quem se dispõe a ajudar o próximo

Há os que o cumprimentam sem precisar de provocação? Sim. A esses todos, meus sinceros parabéns e reconhecimento por contribuírem para um mundo melhor.

Mas a experiência não foi negativamente. Ao contrário. Bibliotecas inteiras publicadas para investigar como atender melhor ao público não são comparáveis a um dia de

trabalho com seu Dorli, Marlon, Leonel e Eugênio. Quatro trabalhadores que, mesmo sem o reconhecimento das pessoas, fazem a vida delas mais fácil naquele ambiente. Isso inclui desde abrir a portada do elevador (que não “magicamente” se abre, pois é a portaria que faz isso), ao recebimento das encomendas que chegam, passa pela guarda de objetos para que alguém possa ir ao banco e, até mesmo, ao extremo cuidado com a segurança daqueles que esperam pelos motoristas de aplicativos.

Enfim, ser invisível por um dia traz uma série de lições. Não apenas porque os processos em julgamento na Justiça do Trabalho versem, em sua maioria, justamente sobre tais situações. Mas porque, em termos de humanidade, foi muito impactante observar o orgulho e a solidariedade daqueles que se dispõem a ajudar o próximo como profissão de vida; ainda que não tenham o devido reconhecimento social. Uma lição de vida muito bem aprendida.

EM DIA

UNIÃO INSTÁVEL

PEDRO DUTRA FONSECA

Professor titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS
pedro.fonseca@ufrgs.br



O acordo entre Mercosul e União Europeia (UE) deve ser celebrado, mas lembra a advertência “beba com moderação”. Acordos de comércio, desde que bem administrados, são sempre auspiciosos no longo prazo pelas oportunidades geradas. Este vem tarde, já deveria ter sido aprovado no governo de F. H. Cardoso, quando a moda era a integração. Ao contrário do que se poderia pensar, as maiores resistências partiram não dos governos de esquerda latino-americanos do começo deste século, mas dos europeus. Estes agora se sentem espremidos entre dois nacionalismos, o americano e o chinês, o que apressou a assinatura. Mas o ímpeto protecionista não arrefeceu e se evidencia nas salvaguardas exigidas. A UE sabe que sua indústria de ponta ganha de longe em produtividade do Mercosul, assim como na qualidade de suas “especiarias”, como bebidas e produtos lácteos. Para esses, quer livre-comércio. Mas tem consciência de que não pode concorrer – seja por clima, custos e produtividade – com os produtos agrícolas. Nas negociações, França e Alemanha impunham que toda exportação fosse *in natura*, além de cotas bastante restritivas a carne bovina, frango, etanol e açúcar, entre outros itens.

No fechamento, a UE exigiu mais um protecionismo: o reconhecimento de mais de 350 produtos cujos nomes são de “exclusivismo geográfico” (como o *champagne*, o *cognac* e o *roquefort*), contra apenas 38 daqui (como a cachaça). É difícil ser amador ou brincar de livre mercado com parceiros avessos à reciprocidade. Sem contar que o acordo oficializa a adoção de barreiras sanitárias e ambientais, cujo mérito não encobre seu uso, na prática, como pretexto ao protecionismo. Na contramão, o Brasil faz questão, ultimamente, de menosprezadas, tratando-as como simples ideologia. Todavia, é a forma mais popular de os governos europeus atenderem a grupos de interesse, especialmente quando o nacionalismo desenfreado avança no continente. Acordos de comércio, sabe-se, dão trabalho: exigem permanente repactuação, diplomacia atuante e com autonomia, estudos setoriais e empresariado atento e inovador. Com deficiência nesses quesitos e diante de parceiro experiente, o melhor conselho vem da música: “Alegro... ma non troppo”.

Pedro Dutra Fonseca escreve às quintas-feiras, a cada 15 dias.
Amãhã: Igor Oliveira, consultor empresarial.

É difícil ser amador com parceiros avessos à reciprocidade exigida pelo livre mercado